

PROCESSO - A.I. Nº 272466.0478/03-2
RECORRENTE - POSTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO GUANABARA LTDA
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO DE IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE DEFESA
ORIGEM - INFAZ GUANAMBI
INTERNET - 15.04.04

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0110-11/04

EMENTA: ICMS. INADMISIBILIDADE DE RECURSO. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. É legalmente inadmissível o recurso que for interposto sem que haja previsão legal na legislação tributária estadual. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em referência foi lavrado em 11 de dezembro de 2003, tendo o sujeito passivo sido cientificado do lançamento no dia 15 de dezembro de 2003, conforme se infere da assinatura à fl. 3.

Por meio do documento juntado à fl. 121 dos autos, o recorrente comunica que, em 14/01/2004, às 18:05h, compareceu à Inspetoria Fazendária no município do seu estabelecimento portando a defesa ao Auto de Infração, porém foi informado que o atendimento já havia sido encerrado, sendo orientado, segundo o mesmo, que pleiteasse o recebimento da defesa.

O recorrente, diante desta situação, protocolou a Impugnação ao lançamento fiscal no dia 15 de janeiro de 2004, sob nº 008134/2004-0. Em decorrência, a autoridade fazendária da circunscrição do contribuinte autuado, emitiu o documento de fl. 1200, o qual foi entregue no estabelecimento do interessado no dia 26 de janeiro de 2004, e, pelo qual, indefere de plano a petição do contribuinte, com base no art. 10, inc. I, c/c arts. 123 e 112 do RPAF/99. Contudo, manda citar o contribuinte para tomar ciência do seu despacho e ressaltando ao mesmo o direito de apresentar impugnação ao indeferimento de sua petição perante o Conselho de Fazenda Estadual –CONSEF .

Em 03 de fevereiro de 2004 o recorrente ingressou com o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa, docs. fls. 1202 e 1203, além de diversos documentos em anexo, fls. 1204 a 1512. Após breve descrição dos fatos, o recorrente alega que o motivo pelo qual apresentou a defesa em tempo não hábil foi de força maior. Por fim, requer que a Impugnação do indeferimento seja acolhida para que se acate a defesa apresentada. Os autos foram remetidos ao CONSEF.

A representante da Procuradoria Fiscal – PGE/PROFIS – opina pelo processamento e julgamento do presente Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa e não conhecimento pelo CONSEF, pois considera que não foram explicitadas razões suficientes para elidir a intempestividade.

VOTO

O órgão preparador, neste caso, a INFAZ Guanambi, procedeu a uma interpretação equivocada ao RPAF/BA, ao conceder ao recorrente o prazo de 10 (dez) dias para impugnar o arquivamento da defesa, mediante “petição dirigida ao CONSEF”, ao invés de aplicar a regra vigente, que seria o arquivamento da defesa. Este equívoco possibilitou que a presente Impugnação fosse encaminhada para exame por este Conselho de Fazenda, já que, dado aos termos do “Comunicado”, configurou-se em uma espécie recursal, apesar de não prevista na legislação tributária estadual.

Não resta outra alternativa a não ser aplicar-se o disposto no art. 173, IV do RPAF/BA, razão pela qual voto pelo Não Conhecimento do Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade **NÃO CONHECER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Defesa apresentado para o Auto de Infração nº **272466.0478/03-2** lavrado contra **POSTO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO GUANABARA LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$167.298,53**, sendo R\$62.534,24, atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60% sobre R\$22.312,12 e de 70% sobre R\$40.222,12, previstas no art. 42, II, “d” e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, e R\$104.764,29, acrescido das multas de 60% sobre R\$26.891,55 e de 70% sobre R\$77.872,74, previstas no art. 42, II, “d” e III, da referida lei, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de março de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

ROSA MARIA DOS SANTOS GALVÃO – RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE A. SENTO SÉ – REPR. DA PGE/PROFIS